

Palocci admite alta de superávit

Ministro alega que meta maior de aperto fiscal não prejudicará investimentos públicos

Rafael Andrade

MÔNICA MAGNAVITA E
LÍVIA FERRARI

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, confirmou ontem à noite que o governo está avaliando um aumento do superávit primário (conta de todas as receitas públicas, deduzidas as despesas, exceto pagamentos de juros da dívida). Segundo ele, o crescimento da economia acima do esperado gerou um aumento de receita extra de 1,5% no primeiro semestre deste ano em relação ao mesmo período do ano passado, o que permitirá elevar a meta de superávit a curto prazo sem reduzir o orçamento destinado a investimentos. A meta acertada com o Fundo Monetário Internacional é de superávit de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todas as riquezas geradas no país), mas especula-se que o governo elevaria este patamar para 4,5% ou mais, numa estratégia para não subir novamente os juros.

— Os indicadores são todos positivos. A economia vai crescer acima da taxa projetada e a alta dos juros (de 0,25 ponto percentual, semana passada) não afetará esse ritmo — afirmou Palocci durante a entrega do Prêmio FGV de Excelência Empresarial 2004 às 12 melhores empresas do país, num hotel da Zona Sul do Rio.

Palocci compareceu ao evento ao lado do chefe da Casa Civil, ministro José Dirceu, com quem vem travando duelo, nos bastidores e na imprensa, em torno da política econômica. O ministro da Fazenda vem sustentando a austeridade monetária imposta pelo Banco Central, que na semana passada subiu a taxa básica (Selic), congelada desde abril, para 16,25% ao ano. Dirceu, por sua vez, criticou duramente a alta dos juros, alertando que a medida traria riscos à retomada do crescimento. Ontem pelo menos, o clima foi de cordialidade entre ambos.

— Infra-estrutura é a primeira prioridade do nosso governo — disse Dirceu, que durante seu discurso elogiou Palocci.

O resultado das 500 maiores empresas abertas, levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostra que o lucro líquido agregado alcançou, em 2003, R\$ 61,2 bilhões, o maior desde 1989. É verdade que cerca de 30% desse total equivale à participação da Petrobras, primeira colocada no ranking da FGV, mas a rentabilidade média de 11,3% do conjunto das 500 maiores evidencia o bom resultado de grande parte das empresas. Tanto que foi a mais elevada desde 1989, quando atingiu 11,7%.

A relação da FGV, feita com ba-



PALOCCI: “A economia vai crescer acima da taxa projetada e a alta dos juros não afetará esse ritmo”

Arte JB

As maiores empresas do país

Empresa	Ativos (Em R\$ bilhões)	Receita (Em R\$ bilhões)
Petrobras	119,8	76,87
Telemar	24,58	12,8
Vale do Rio Doce	30,3	10,01
Telefônica	20,04	11,71
Eletrobrás	89,67	6,9
CSN	24,31	6,17
Brasil Telecom	15	7,92
Ambev	15,64	7,42
Braskem	14,07	7,67
Pão de Açúcar	8,88	9,17

se nos balanços divulgados em 2003, apontou a Petrobras na liderança, a exemplo do que vem ocorrendo nos últimos anos, seguida da Telemar. Em terceiro, vem a Companhia Vale do Rio Doce, que também ganhou o prêmio Excelência Empresarial; em quarto, a Telefônica (em 2002, ocupava o terceiro lugar); em quinto, a Eletrobrás. Na sequência, estão Companhia Siderúrgica Nacional, que saiu de 10º para 6º lugar de um ano para o outro; Brasil Telecom, Ambev, Braskem e Pão de Açúcar, formando o

conjunto das 10 maiores que se destacaram no ano passado.

Os números são relevantes, principalmente por se tratar de um ano de fraco desempenho da economia. Mas os técnicos do Ibre observam que parte do cenário favorável está ligado à valorização cambial e à redução de juros sobre o estoque da dívida das empresas. Ou seja, um ajuste que tem pouca relação com questões operacionais, como o crescimento das vendas. Tanto que houve uma queda de 2,1% da receita real, defla-

cionada pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da própria FGV, apesar do aumento nominal de 20,3%.

O levantamento também revelou uma queda no endividamento das empresas. A combinação do crescimento no segundo semestre do ano passado com o afrouxamento da política monetária permitiu que o nível de endividamento das 500 maiores companhias abertas caísse de 146% do patrimônio líquido, em 2002, para 134%, em média, em 2003. Foi a primeira redução da dívida desde o início do Plano Real.

A análise feita pela FGV revela que os setores exportadores, mais uma vez, tiveram destaque relevante no resultado final, em 2003. Um dos exemplos é o setor metalúrgico, cujo faturamento aumentou 2,3% em termos reais, em função da combinação de altos preços e demanda externa. A rentabilidade do setor ficou em 26,4%, uma das mais elevadas do país e bem superior à média internacional.

Em contrapartida, os segmentos industriais voltados para o mercado interno amargaram resultados negativos, por dependerem do crescimento da renda e do emprego doméstico. O setor de construção, por exemplo, foi um dos mais atingidos com a situação. A rentabilidade, em 2003, foi negativa em 7,4%.

Na pág. A18, Dirceu volta a atacar política de juros altos